



20
26

EDIÇÃO 003

BOLETIM
AGROFAET



PRODUTOR QUE RETIFICA O CAR SÓ TEM A GANHAR

A Regularização Ambiental Rural é um conjunto de ações estabelecidas no Código Florestal para garantir equilíbrio ambiental e produtivo do imóvel rural. O primeiro passo é o Cadastro Ambiental Rural (CAR). Em seguida, é preciso acompanhar sua análise pelo órgão estadual competente e realizar as retificações necessárias.

Para isso, o Sistema CNA vai te ajudar com o RetifiCAR.

Procure seu sindicato rural e saiba o que é preciso fazer para continuar tendo acesso a todos os benefícios que só o CAR retificado pode ferecer.

**Produtor que retifica o CAR
só tem a ganhar.**

BENEFÍCIOS:

- ✓ Acesso ao crédito rural com melhores condições de financiamento;
- ✓ Oportunidade para certificações ambientais;
- ✓ Acesso ao mercado de Cotas de Reserva Ambiental (CRA);
- ✓ Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA).

Produtor, procure o seu **sindicato rural**, ele vai te orientar a retificar o seu CAR e percorrer todas as etapas da **regularização ambiental**.

Para mais informações,
contate nossa equipe:

(63) 99208-2355  [agropassos.eng](https://www.instagram.com/agropassos.eng)
ambiental@agropassos.eng.br



FAET

Federação da Agricultura
e Pecuária – Tocantins

É com grande satisfação que apresentamos a terceira edição do Boletim Trimestral da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Tocantins (FAET), um instrumento que reafirma nosso compromisso com a transparência, a informação qualificada e o fortalecimento do setor agropecuário tocantinense.

Esta edição traz dados importantes que refletem a força e a relevância do agronegócio para a economia do nosso estado. Destacamos, entre eles, a geração de novos empregos formais em 2025, resultado direto do dinamismo do setor produtivo e da confiança de quem investe e produz no Tocantins. Também apresentamos uma análise da evolução da balança comercial e do destino das exportações tocantinenses, evidenciando o papel estratégico do agro na inserção do estado nos mercados nacional e internacional.

O boletim reúne ainda um panorama atualizado do agronegócio, com dados sobre a safra 2025/2026 e o posicionamento do Tocantins no cenário nacional, além de registros das principais reuniões institucionais, comissões e grupos de trabalho que contam com a participação ativa da FAET na defesa dos interesses do produtor rural.

Mais do que apresentar números, este boletim traduz o momento de crescimento, desafios e oportunidades que vivemos. Ele reforça o papel da FAET como representante legítima do setor produtivo, atuando de forma firme e estratégica na construção de um ambiente mais seguro, competitivo e favorável ao desenvolvimento do campo.

Seguiremos trabalhando com responsabilidade, diálogo e compromisso, fortalecendo a representatividade do produtor rural e contribuindo para que o Tocantins continue avançando como uma das principais fronteiras do agronegócio brasileiro.

Agradeço a todos os parceiros, sindicatos rurais e à nossa equipe técnica que contribuem para a construção deste trabalho.

Boa leitura!

Paulo Carneiro

Presidente do Sistema FAET/SENAR



EXPEDIENTE

PRESIDENTE

PAULO CARNEIRO

1º VICE-PRESIDENTE

FREDERICO SODRÉ DOS SANTOS

2º VICE-PRESIDENTE

JOSÉ EDUARDO GUIMARÃES MOTA

TESOURARIA E SECRETARIA

EURÍPEDES MARTINS COSTA

DARCI DÁRIO DREWS

VANDERLEI SILVA

FRANCISCO CARLOS ASSI TOZZATTI

CONSELHO FISCAL

JACKSON SOUZA LIMA

VALDEMAR BATISTA NEPOMOCENO

OZENIRA MARQUES CALDEIRA

CLEITON MARINHO DE BRITO

MARCOS ANTONIO FEITOZA DA COSTA

SUPERINTENDENTE DA FAET

MILLER SANTANA

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

CASSIANE DAL BEN FIALHO

CARLA CARIELLY MILHOMEM SILVA

RUTH MARIA DE JESUS

COORDENAÇÃO TÉCNICA

LUIZ CLÁUDIO FÁRIA

ASSESSORIA TÉCNICA

FABRIEL WANDERLEI

GABRIELA SILVA ARAÚJO

MARIA CLARA TEIXEIRA

RENATA SANTANA

SUPERVISÃO EDITORIAL

ROGÉRIO SILVA

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

JEAN DOURADO NAVA

CONTATOS DA ASSESSORIA TÉCNICA DA FAET

ENDEREÇO: ACNO 01, RUA NO 5, LOTE 38,
PLANO DIRETOR NORTE, PALMAS/TO

CEP: 77.001-020

EMAIL: COMISSOES@FAETRURAL.COM.BR

TELEFONE: (63) 3219-9242

sumário

MERCADO DE TRABALHO.....	6
Dados do CAGED – SETEMBRO/25 – BRASIL e TOCANTINS	6
[CAGED] Brasil gerou 213.002 empregos formais em setembro.....	6
[CAGED] Tocantins gerou 1.406 empregos formais em setembro	6
Dados do CAGED – OUTUBRO/25 – BRASIL e TOCANTINS.....	7
[CAGED] O Brasil gerou 85.147 empregos formais em outubro.....	7
[CAGED] Tocantins retraiu 42 empregos formais em outubro.....	7
Dados do CAGED – NOVEMBRO/25 – BRASIL e TOCANTINS.....	8
[CAGED] O Brasil gerou 85.864 empregos formais em novembro.....	8
[CAGED] Tocantins retraiu - 361 empregos formais em novembro.....	8
Dados do CAGED – DEZEMBRO/25 – BRASIL e TOCANTINS.....	9
[CAGED] O Brasil retraiu -618.164 empregos formais em dezembro.....	9
[CAGED] Tocantins retraiu -4.407 vagas de empregos formais em dezembro.....	9
Dados do CAGED – Saldo 2025 – BRASIL e TOCANTINS.....	9
[CAGED] Tocantins gerou +7.416 vagas de empregos formais no ano de 2025.....	10
Dados do PNAD 3º Trimestre - Brasil - Tocantins.....	10
Balança comercial do Tocantins - 2025.....	11
1. Evolução da balança comercial do Tocantins (2024–2025).....	11
2. Papel do agronegócio nas exportações (2024–2025)	11
3. Destino das exportações do Tocantins (2024–2025)	11
PANORAMA.....	13
Carne bovina: Brasil na liderança global e a contribuição do Tocantins na base produtiva.....	13
Arroba do boi gordo: preços firmes no começo de 2026 e o que isso sinaliza para o Tocantins.....	13
Abate forte de matrizes no Brasil acende alerta para a reposição e pode apertar a oferta lá na frente	14
Leite: preços em queda no Brasil e o que isso significa para o Tocantins	15
Tocantins no retrato nacional da safra 2025/26	16
Soja.....	16
GRÃOS	16
Milho, arroz e algodão	17
Milho: consumo interno cresce e muda o jogo para o Tocantins	17
Plano Safra 2025/26: o que muda no crédito e por que isso pesa no Tocantins	18
Porto Nacional puxa as exportações do agro e reforça o corredor logístico do Tocantins	19

sumário

INFORME SETORIAL	20
143ª Reunião Ordinária do Conselho de Desenvolvimento Econômico do Estado do Tocantins - CDE-T021	
1ª, 2ª e 3ª Reuniões Ordinárias do Grupo de Trabalho DesEmbargos Rurais da CNA.....	21
21ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual do Trabalho, Emprego e Renda do Tocantins - CETER.....	23
41ª Reunião Extraordinária da Câmara Setorial da Piscicultura (CSP).....	23
196ª, 197ª e 198ª Reuniões Ordinárias da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos do Conselho Estadual do Meio Ambiente - COEMA.....	24
3ª Reunião do Grupo de Trabalho Rastreabilidade Bovina-TO.....	25
Live FAET: Tema - Previdência Rural.....	25
Reunião Ordinária da Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo do Tocantins - COETRAE/TO	25
62ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica Permanente de Assuntos Jurídicos – CTPAJ do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH.....	26
Assembléia do Sindicato Rural de Dianópolis.....	26
18ª Reunião Ordinária do Fórum Estadual de Mudanças Climáticas (FEMC).....	27
Reunião Extraordinária da Comissão Nacional de Pecuária de Leite (CNPL).....	29
Comissão Nacional de Cereais, Fibras e Oleaginosas da CNA.....	29
3ª Reunião da Câmara Setorial do Leite.....	30
Grupo de Trabalho sobre a Regulamentação da Lei de Bioinsumos.....	31
80ª Reunião Ordinária e 09/12 - 28ª Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Meio Ambiente - COEMA.....	31
19ª e 20ª Reuniões Ordinárias da Câmara Técnica Permanente de Outorga e Ações Reguladoras (CTPOAR/ CERH-TO).....	32
Reunião Extraordinária da Comissão Nacional de Equideocultura.....	33
Reunião Ordinária da Comissão Nacional de Aquicultura.....	34
Reunião junto a Secretaria da Fazenda do Estado do Tocantins.....	34
Aqua Summit BR 2025.....	35
Reunião com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Tocantins.....	37
Reunião Grupo de Trabalho Econômico da CNA.....	37
Câmara Técnica Permanente de Segurança de Barragens (CTPSB/CERH-TO).....	38
Reunião Ordinária da Comissão Nacional de Aves e Suínos.....	38
Reunião da Câmara Setorial da Piscicultura.....	39



MERCADO DE TRABALHO

DADOS DO CAGED – SETEMBRO/25 – BRASIL E TOCANTINS

[CAGED] BRASIL GEROU 213.002 EMPREGOS FORMAIS EM SETEMBRO.

De acordo com o Novo Caged, o **Brasil** gerou **213.002 novos empregos** com carteira assinada em **setembro de 2025**. O resultado decorre de 2.292.492 admissões e 2.079.490 desligamentos, representando uma variação relativa de **0,44%** no estoque total de vínculos celetistas ativos, que chegou a **48.912.343 de postos formais**. No **acumulado do ano (jan-set/2025)**, o saldo positivo atingiu **1.716.600 vagas (com ajuste)**, nesse período, os setores que mais contribuíram para a geração de empregos foram **serviços (+880.210)**, **indústria geral (+315.874)**, **construção (+218.202)**, **comércio (+191.525)** e **agropecuária (+110.800)**. (**CAGED - SETEMBRO/25**)

[CAGED] TOCANTINS GEROU 1.406 EMPREGOS FORMAIS EM SETEMBRO.

De acordo com o **Novo Caged**, que apresenta os resultados dos dados de empregabilidade, podemos extrair os seguintes dados.

No acumulado do ano (jan-set/2025), o estado contabiliza **12.104 novos postos de trabalho**, saldo de **112.234 admissões** e **100.130 desligamentos**, com variação relativa para o período de **+4,68%**.

No cenário de **setembro de 2025** o Tocantins registrou **1.406 novas vagas formais**, conforme dados do Caged. O número é resultado de **12.561 admissões**

e **11.155 desligamentos**, representando uma **variação relativa de 0,52%** sobre o estoque de vínculos celetistas no estado no mês de **setembro**.

Entre os grandes grupamentos da economia tocantinense, o **setor de serviços** foi novamente o destaque, com **saldo positivo de 728 vagas**, seguido pelo **comércio (+465)**, **indústria (+110)**, **agropecuária (+52)** e o de **construção (+51)**.

Em comparação com o mesmo período de **setembro do ano de 2024** para o grupamento da atividade econômica de **agropecuária** no estado do Tocantins retorna saldo **positivo de (+112)** entre admissões e desligamentos. Neste cenário verifica-se que entre os **períodos de jan-set de 2024** o saldo de empregabilidade do setor agropecuário foram positivos **(+530)**, com destaques para **produção de lavouras temporárias (+234)**, atividades de apoio à agricultura e à **pecuária (+106)** e produção de sementes e **mudas certificadas (+211)**, por último o segmento **pecuária** obteve retração de saldo em **(-123)**.

No **mesmo período jan-set de 2025**, o saldo do **setor agropecuário** repete a mesma tendência com saldo de empregados celetistas ativos **(+127)**, com destaques para produção de lavouras temporárias **(+578)**, atividades de apoio à agricultura e à **pecuária (+127)** e produção de sementes e **mudas certificadas (+182)**, por último o segmento **pecuária** obteve saldo de **(+134)**.

Saldo líquido de vagas em junho de 2025 no Tocantins por setor

Setores	Saldo	%
Serviços	728	51,78%
Comércio	465	33,07%
Indústria	110	7,83%
Agropecuária	52	3,70%
Construção	51	3,63%
Total	1.406	100%

Para mais informações sobre os dados de empregabilidade, pode ser acessado o site do [Novo Caged](#).

DADOS DO CAGED – OUTUBRO/25 – BRASIL E TOCANTINS

[CAGED] O BRASIL GEROU 85.147 EMPREGOS FORMAIS EM OUTUBRO.

De acordo com o Novo Caged, o Brasil gerou **85.147 novos empregos** com carteira assinada em **outubro de 2025**. O resultado decorre de 2.271.460 admissões e 2.186.313 desligamentos, representando uma variação relativa de **0,17%** no estoque total de vínculos celetistas ativos, que chegou a **48.995.950 de postos formais**. No **acumulado do ano (jan-out/2025)**, o saldo positivo atingiu **+1.800.650 empregos (com ajuste)**, nesse período, os setores que mais contribuíram para a geração de empregos foram **serviços (+961.016)**, **indústria geral (+305.641)**, **construção (+214.717)**, **comércio (+218.098)** e **agropecuária (+101.188)**. ([CAGED - OUTUBRO/25](#))

[CAGED] TOCANTINS RETRAIU 42 EMPREGOS FORMAIS EM OUTUBRO.

De acordo com o [Novo Caged](#), que apresenta os resultados dos dados de empregabilidade, podemos extrair os seguintes dados.

No acumulado do ano (jan-out/2025), o estado contabiliza **12.146 novos postos de trabalho**, saldo de **123.912 admissões** e **111.766 desligamentos**, com variação relativa para o período de **+4,70%**.

No cenário de **outubro de 2025** o Tocantins registrou saldo de **42 vagas formais**, conforme dados do Caged. O

número é resultado de **11.678 admissões** e **11.636 desligamentos**, representando uma **variação relativa de 0,02%** sobre o estoque de vínculos celetistas no estado no mês de **outubro**.

Entre os grandes grupamentos da economia tocantinense, o **setor de comércio** foi destaque, com **saldo positivo de 392 vagas**, seguido pela **Agropecuária (+183)**. Por outro lado, **apresentaram recuos**, o **setor da Indústria (-33)**, **Construção (-170)** e **Serviços (-330)** postos.

Em comparação com o mesmo período de **outubro do ano de 2024** para o grupamento da atividade econômica de **agropecuária** no estado do **Tocantins** retorna saldo **positivo de (+1)** entre admissões e desligamentos. Neste cenário verifica-se que entre os **períodos de jan-out de 2024** o saldo de empregabilidade do setor agropecuário foram positivos **(+530)**, com destaques para **produção de lavouras temporárias (+471)**, atividades de apoio à agricultura e à **pecuária (+92)** e produção de sementes e **mudas certificadas (+126)**, por último o segmento pecuária obteve retração de saldo em **(-254)**.

No mesmo período **jan-out de 2025**, o saldo do setor agropecuário repete a mesma tendência com saldo de empregados celetistas ativos **(+1.143)**, com destaques para produção de lavouras temporárias **(+821)**, atividades de apoio à agricultura e à pecuária **(+133)** e produção de

Saldo líquido de vagas em outubro de 2025 no Tocantins por setor		
Setores	Saldo	%
Comércio	392	35%
Agropecuária	183	17%
Indústria	-33	3%
Construção	-170	15%
Serviços	-330	30%
Total	42	100%

Fonte: Novo Caged – MTE. Elaboração DTeco/FAET.

sementes e **mudas certificadas (+85)**, por último o segmento pecuária obteve saldo positivo de **(+156)**.

Para mais informações sobre os dados de empregabilidade, pode ser acessado no site do [Novo Caged](#).

DADOS DO CAGED – NOVEMBRO/25 – BRASIL E TOCANTINS

[CAGED] O BRASIL GEROU 85.864 EMPREGOS FORMAIS EM NOVEMBRO.

De acordo com o Novo Caged, o **Brasil** gerou **85.864 novos empregos** com carteira assinada em **novembro de 2025**. O resultado decorre de 1.979.902 admissões e 1.894.038 desligamentos, representando uma variação relativa de **0,18%** no estoque total de vínculos celetistas ativos, que chegou a **49.090.182 de postos formais**. No **acumulado do ano (jan-nov/2025)**, o saldo positivo atingiu **+1.895.130 vagas (com ajuste)**, nesse período, os setores que mais contribuíram para a geração de empregos foram **serviços (+1.038.470)**, **Indústria geral (+279.614)**, **comércio (+299.615)**, **construção (+192.176)** e **agropecuária (+85.276)**. ([CAGED - NOVEMBRO/25](#))

[CAGED] TOCANTINS RETRAIU - 361 EMPREGOS FORMAIS EM NOVEMBRO.

De acordo com o [Novo Caged](#), que apresenta os resultados dos dados de empregabilidade, podemos extrair os seguintes dados.

No acumulado do ano (jan-nov/2025), o estado contabiliza **11.785 novos postos de trabalho**, saldo de **133.352 admissões** e **121.767 desligamentos**, com variação relativa para o período de **+4,56%**.

No cenário de **novembro de 2025** o Tocantins registrou saldo negativo de **-361 vagas formais**, conforme dados do Caged. O número é resultado de **9.640 admissões** e **10.001 desligamentos**, representando uma **variação relativa de -0,13%** sobre o estoque de vínculos celetistas no estado no mês de **novembro**.

Entre os grandes grupamentos da economia tocantinense no mês de novembro, o setor de comércio foi destaque com saldo positivo de 215 vagas. Por outro lado, apresentou recuo os setores de Agropecuária (-93), serviços (-122), indústria (-177) e construção (-184).

Em comparação com o mesmo período de **novembro do ano de 2024** para o grupamento da atividade econômica de **agropecuária** no estado do Tocantins retorna saldo **negativo de (-222)** entre admissões e desligamentos. Neste cenário verifica-se que entre os **períodos de jan-nov de 2024** o saldo de empregabilidade do setor agropecuário foram positivos **(+308)**, com destaques para **produção de lavouras temporárias (+291)**, atividades de apoio à agricultura e à **pecuária (+98)** e produção de sementes e **mudas certificadas (+71)**, por último o segmento **pecuária** obteve retração de saldo em **(-252)**.

Saldo líquido de vagas em novembro de 2025 no Tocantins por setor		
Setores	Saldo	%
Comércio	215	27%
Agropecuária	-93	12%
Serviços	-122	15%
Indústria	-177	22%
Construção	-184	23%
Total	-361	100%

Fonte: Novo Caged – MTE. Elaboração DTeo/FAET.

No mesmo período **jan-nov de 2025**, o saldo do setor agropecuário repete a mesma tendência com saldo de empregados celetistas ativos **(+1.050)**, com destaques para produção de lavouras temporárias **(+700)**, atividades de apoio à agricultura e à pecuária **(+139)** e produção de sementes e **mudas certificadas (+12)**, por último o segmento **pecuária** obteve saldo positivo de **(+238)**.

Para mais informações sobre os dados de empregabilidade, pode ser acessado no site do [Novo Caged](#).

DADOS DO CAGED – DEZEMBRO/25 – BRASIL E TOCANTINS

[CAGED] O BRASIL RETRAIU -618.164 EMPREGOS FORMAIS EM DEZEMBRO.

De acordo com o Novo Caged, houve retração no número de empregos formais no **Brasil** com retração de **-618.164 postos de trabalho** com carteira assinada em **dezembro de 2025**. O resultado decorre de 1.523.309 admissões e 2.141.473 desligamentos, representando uma variação relativa de **-1,26%** no estoque total de vínculos celetistas ativos, que chegou a **48.474.348 de postos formais**. No **acumulado do ano (jan-dez/2025)**, o saldo positivo atingiu **+1.279.498 empregos (com ajuste)**, nesse período, os setores que mais contribuíram para a geração de empregos foram **serviços (+758.355)**, **indústria geral (+144.319)**, **construção (+87.878)**, **comércio (+247.097)** e **agropecuária (+41.870)**. ([CAGED - DEZEMBRO/25](#))

[CAGED] TOCANTINS RETRAIU -4.407 VAGAS DE EMPREGOS FORMAIS EM DEZEMBRO.

De acordo com o [Novo Caged](#), que apresenta os resultados dos dados de empregabilidade, podemos extrair os seguintes dados.

No acumulado do ano (jan-out/2025), o estado contabiliza **12.146 novos postos de trabalho**, saldo de **123.912 admissões** e **111.766 desligamentos**, com variação relativa para o período de **+4,70%**.

No cenário de **dezembro de 2025** o Tocantins registrou saldo negativo de **-4.407 vagas formais**, conforme dados do Caged. O número é resultado de **7.623 admissões** e **12.030 desligamentos**, representando uma **variação relativa de -1,63%** sobre o estoque de vínculos celetistas no estado no mês de **dezembro**.

Entre os grandes grupamentos da economia tocantinense, as retrações do saldo de empregados desligados foram de **(-2.158) serviços**, **(-887) construção**, **(-572) agropecuária**, **(-396) comércio** e **(-394) indústria**.

Em comparação com o mesmo período de **dezembro do ano de 2024** para o grupamento da atividade econômica de **agropecuária** no estado do **Tocantins** retorna saldo **negativo de (-475)** entre admissões e desligamentos.

Para mais informações sobre os dados de empregabilidade, pode ser acessado no site do [Novo Caged](#).

DADOS DO CAGED – SALDO 2025 – BRASIL E TOCANTINS.

No balanço do ano de 2025 os dados de empregabilidade do ano acumulados se mostram positivos, no total de **+1.279.498 novos postos de trabalho**, resultante de **26.599.777 admissões** e **25.320.279 desligamentos**.

Desta forma, resultou que o saldo de empregos formais por grupamento de atividade econômica no acumulado do ano retorna saldos positivos, qual sejam **+758.355** no setor de serviços, **+247.097** comércio, **+144.319** indústria geral, **+87.878** construção e **+41.870** Agropecuária.

[CAGED] TOCANTINS GEROU +7.416 VAGAS DE EMPREGOS FORMAIS NO ANO DE 2025.

No balanço do ano de 2025, os indicadores de empregabilidade no Estado do Tocantins evidenciaram desempenho positivo, com a geração líquida de **7.416 vagas de empregos formais**.

No âmbito do **setor agropecuário**, o **encerramento de 2025 também registrou saldo positivo**, com a criação de **+492 postos de trabalho**, destacando-se a produção de lavouras temporárias (+377), as atividades de apoio à agricultura e à pecuária (+84) e o segmento da pecuária (+69). Em sentido contrário, a produção de sementes e mudas certificadas apresentou retração, com saldo negativo de -12 postos de trabalho.

Em contraste, no período de janeiro a dezembro de **2024**, o **setor agropecuário** no Tocantins apresentou **saldo negativo de empregabilidade**, com a retração de **-167 postos de trabalho**.

Ainda em 2024, observaram-se resultados positivos nos segmentos de produção de lavouras temporárias (+52), atividades de apoio à agricultura e à pecuária (+20) e produção de sementes e mudas certificadas (+42). Todavia, o **segmento da pecuária** registrou retração expressiva,

com saldo negativo de -355 postos de trabalho, impactando significativamente o resultado global do setor.

Diante desse cenário, verifica-se que, **de 2024 para 2025**, houve **expressivo avanço na geração de empregos formais no setor agropecuário**, com destaque para a reversão do desempenho do segmento da pecuária, que passou de valores negativos em 2024 para a manutenção de saldo positivo em 2025.

DADOS DO PNAD 3º TRIMESTRE - BRASIL - TOCANTINS

Com base na **PNAD Contínua do IBGE** para o **3º trimestre de 2025**, o Tocantins registrou uma **taxa de desocupação de 3,8%**, mantendo-se entre as **menores do país** posicionando-se entre os 10 estados brasileiros com a menor taxa de desemprego. Na **região Norte**, o estado apresentou a **2ª menor taxa**, ficando atrás apenas de **Rondônia (2,6%)**. O índice tocantinense permaneceu **abaixo da média nacional (5,6%)**, o que evidencia o **bom desempenho do estado** no contexto brasileiro e a **recuperação** em relação ao resultado do **trimestre anterior (5,3%)**. *(IBGE - PNAD Contínua 3º trimestre/2025)*

Ranking por Estado da Região Norte		
Taxa de Desemprego		
Menores Taxas		
#	Norte	Taxa de Desemprego
1	Rondônia	2,6
2	Tocantins	3,8
3	Roraima	4,7
4	Pará	6,5
5	Acre	7,4
6	Amazonas	7,6
7	Amapá	8,7

Fonte: IBGE - PNAD Contínua 3º trimestre/2025



BALANÇA COMERCIAL DO TOCANTINS - 2025

1. EVOLUÇÃO DA BALANÇA COMERCIAL DO TOCANTINS (2024-2025)

A balança comercial do Tocantins apresentou crescimento consistente em 2025 em relação a 2024. As exportações estaduais cresceram **21,7%**, passando de **US\$ 2,50 bilhões para US\$ 3,05 bilhões**, enquanto as importações cresceram de **US\$ 125,9 milhões para US\$ 348,1 milhões**. Apesar do aumento das importações, o

estado manteve desempenho positivo, alcançando **superávit comercial de US\$ 2,70 bilhões em 2025**, frente a **US\$ 2,38 bilhões no ano anterior**, o que representa crescimento de **13,4% no saldo comercial**. O resultado foi sustentado quase integralmente pelo agronegócio, responsável por **93,3% das exportações estaduais**.

2. PAPEL DO AGRONEGÓCIO NAS EXPORTAÇÕES (2024-2025)

As exportações do agronegócio totalizaram **US\$ 2,84 bilhões em 2025**, frente a **US\$ 2,37 bilhões em 2024**, crescimento de **19,9%** no período, enquanto as importações do setor permaneceram reduzidas, em **US\$ 24,3 milhões**. A participação do agronegócio nas exportações estaduais manteve-se elevada e praticamente estável, passando de **94,6% em 2024**

para 93,3% em 2025. A pauta exportadora seguiu fortemente concentrada, com o **Complexo Soja (grão, farelo e óleo de soja)** respondendo por **60,3%** do valor exportado pelo setor em 2025, seguido pelas **Carnes**, com **23,5%**, confirmando a concentração destas cadeias produtivas no desempenho comercial do estado.

3. DESTINO DAS EXPORTAÇÕES DO TOCANTINS (2024-2025)

No que se refere aos destinos das exportações, observou-se uma **acentuação geográfica em 2025 em relação a 2024**. A **China** manteve-se como nosso principal mercado consumidor, ampliando sua participação de **47,3% em 2024 para 55,6% em 2025**, consolidando-se como o principal destino das exportações. Entre

os demais mercados, estão a **Espanha**, com **5,7%** das exportações em 2025, o **Canadá**, com **4,5%**, o **Egito**, com **3,8%**, e a **Índia**, com **3,4%**. Em conjunto, os cinco principais destinos concentraram aproximadamente **69% das exportações do Tocantins** em 2024, percentual que se elevou para cerca de **73% em 2025**.



Profissionais do Agro e da Saúde

Quem pode se credenciar?

O SENAR Tocantins busca profissionais qualificados e apaixonados pelo campo e pela saúde rural.



Engenheiro Agrônomo



Médico veterinário



Técnico em Ciências Agrárias



Enfermeiro



Zootecnista



Técnico de Enfermagem

Credencie-se agora
e faça parte do
time **SENAR Tocantins**.

ACESSE O LINK E
CREDENCIE-SE AGORA
bit.ly/SenarInstagram



SENAR
Tocantins



PANORAMA

AGRONEGÓCIO DO TOCANTINS



CARNE BOVINA: BRASIL NA LIDERANÇA GLOBAL E A CONTRIBUIÇÃO DO TOCANTINS NA BASE PRODUTIVA

O Brasil é um gigante na carne bovina por dois motivos que ninguém contesta: tamanho do rebanho comercial e, principalmente, liderança nas exportações. A USDA/FAS coloca o país entre os maiores produtores globais, com produção muito próxima da dos EUA em 2024/25, e relatórios recentes apontam que o Brasil pode ter ultrapassado os EUA como maior produtor em 2025, enquanto segue como o maior exportador mundial.

Dentro desse cenário, o Tocantins tem sim impacto, não por definir o resultado nacional sozinho, mas por ajudar a sustentar oferta, abate e capacidade de exportação em um país que depende de escala. Um retrato bem objetivo disso aparece nos dados consolidados pelo Governo do Tocantins com base em estatísticas oficiais: em 2023, o estado tinha 11.313.309 cabeças de gado, ocupando a 9ª posição no ranking nacional; e em 2024, o abate cresceu 7%, chegando a 1,3 milhão de cabeças,

colocando o Tocantins na 11ª posição nacional em abate.

Além de produzir e abater, o Tocantins também entra na conta do mercado externo: o mesmo balanço aponta exportações recordes de carne bovina em cerca de 102 mil toneladas em 2024, registradas pela Secex/MDIC, ou seja, é um estado que participa do “motor exportador” brasileiro na prática, não só no rebanho.

Quando o Brasil aparece no topo como potência de carne bovina, isso vem de uma soma de estados com rebanho grande + abate forte + capacidade de atender mercado interno e externo. E o Tocantins contribui justamente nessa base: um dos maiores rebanhos do país, abate em crescimento e presença nas exportações.

Fonte: www.fas.usda.gov, apps.fas.usda.gov, www.agriculture.com, www.to.gov.br

ARROBA DO BOI GORDO: PREÇOS FIRMES NO COMEÇO DE 2026 E O QUE ISSO SINALIZA PARA O TOCANTINS

Na virada de janeiro para fevereiro de 2026, o mercado do boi gordo entrou com preços sustentados, com pouca oscilação no indicador que é referência

nacional. No Indicador do Boi Gordo (base São Paulo, à vista), o fechamento de 02/02/2026 ficou em R\$ 327,20/@.

O que ajuda a explicar esse patamar (e a “cara” do mercado) é a combinação de oferta mais ajustada de animais prontos com demanda firme. Em leitura do Cepea, mesmo sendo janeiro, quando normalmente o consumo doméstico perde força, a carne bovina sustentou preços na primeira quinzena, e o boi gordo ficou praticamente estável, refletindo justamente esse encaixe entre oferta limitada e demanda estável.

No fim de 2025, a sazonalidade também trabalhou a favor da firmeza: entrada de dezembro com consumo doméstico aquecido (festas e 13º) e sinais de demanda firme no mercado externo (com menção direta a China e Estados Unidos). A avaliação do Cepea foi de que, com oferta já ajustada e exportação forte, dezembro tenderia a atravessar sem pressão relevante de baixa.

O Tocantins não “forma” sozinho o preço nacional, mas ele tem peso real

no abastecimento de animais e carne, porque a base pecuária é grande. Nos dados oficiais do IBGE, o estado aparece com série histórica do rebanho bovino e posição relevante no cenário brasileiro.

Quando a arroba de referência sobe ou se mantém firme no Sudeste, isso costuma repercutir em cascata no Centro-Norte, com ajustes por base regional (frete, escala, habilitação de planta, competição entre compradores e ritmo de escoamento). Em outras palavras: com exportação sustentando a demanda e com escalas com menos folga em várias regiões, o Tocantins tende a sentir o mercado mais disputado por boi pronto, especialmente em momentos em que a indústria precisa completar programação de abate e o produtor segura oferta esperando melhor janela.

Fonte: www.noticiasagricolas.com.br, www.cepea.org.br, www.cepea.org.br, www.ibge.gov.br

ABATE FORTE DE MATRIZES NO BRASIL ACENDE ALERTA PARA A REPOSIÇÃO E PODE APER- TAR A OFERTA NA FRENTE

Nos últimos ciclos, o Brasil aumentou muito o abate de fêmeas (vacas e novilhas) e isso é um sinal clássico de fase do ciclo pecuário em que o país sustenta produção alta no curto prazo, mas pode pagar a conta depois com menos reposição. O próprio Cepea, ao fazer o balanço de 2025, apontou que a produção de carne e o abate de fêmeas atingiram máximas históricas, ainda que aguardando a consolidação completa dos dados oficiais.

Pelo lado dos dados oficiais, o IBGE vem mostrando a força desse movimento ao longo de 2025: no 2º trimestre, o instituto registrou 10,46 milhões de bovinos abatidos (+3,9% na comparação anual) e destacou que o número de fêmeas abatidas superou o de machos um marco que reforça o quanto a base de matrizes entrou na conta do abate. E, olhando para trás, 2024 já havia sido um ano excepcional: o abate total chegou a 39,27 milhões de cabeças, recorde da série histórica do IBGE.

A lógica é direta: matriz abatida é bezerro a menos no futuro. Quando muitas

vacas e novilhas vão para o frigorífico, a reposição sente o efeito com defasagem (porque a pecuária tem tempo biológico). Por isso, entidades e análises setoriais vêm tratando 2024/25 como uma fase de transição do ciclo, em que o abate de fêmeas ainda está elevado, mas a tomada de decisão começa a migrar para retenção (guardar vacas/novilhas para reprodução) quando o mercado sinaliza virada.

Essa leitura também aparece em análises internacionais: o USDA/FAS (relatório anual de pecuária do Brasil) projetou queda no abate em 2026, justamente pela expectativa de início de reversão do ciclo e maior retenção de vacas para cria.

Quando o abate de matrizes é muito forte por um período, é comum o mercado ver:

- *menos oferta de bezerras mais adiante;*
- *valorização da reposição (bezerro/garrote) antes do boi gordo ou junto com ele;*
- *pressão para intensificar sistemas*

(confinamento, semi-confinamento, melhoria de taxa de prenhez) para manter produção sem expandir rebanho.

Mesmo sendo um movimento nacional, ele bate no Tocantins de forma bem prática. O estado tem base pecuária grande e participa do fluxo de recria/engorda. Quando o país entra numa fase de menor oferta de reposição, a tendência é de reposição mais cara,

o que mexe diretamente no custo de produção de quem compra bezerro/garrote para engordar. Ou seja: o alerta de “abate alto de matrizes” é um ponto para acompanhar porque ele costuma antecipar mudanças de preço e estratégia no sistema produtivo, inclusive no Tocantins.

Fonte: www.cepea.org.br, agenciadenoticias.ibge.gov.br, agenciadenoticias.ibge.gov.br, www.cnabrazil.org.br, www.fas.usda.gov



LEITE: PREÇOS EM QUEDA NO BRASIL E O QUE ISSO SIGNIFICA PARA O TOCANTINS

O mercado de leite fechou 2025 com um movimento de desvalorização bem forte no campo. Pela série do Indicador do Leite/Cepea, o preço médio pago ao produtor (Média Brasil) caiu pelo 9º mês seguido e encerrou dezembro/2025 em R\$ 1,9966 por litro, com recuo de 5,78% frente a novembro/2025. Na comparação anual (valores reais, deflacionados), a queda em relação a dezembro/2024 foi de 25,79%, e o acumulado do ano ficou em -25,8%.

O que pressionou esse resultado foi, principalmente, oferta elevada ao longo de 2025, estoques mais confortáveis na indústria e um ambiente de mercado que reduziu o poder de reação do produtor, mesmo com custos tendo aliviado em alguns itens no fim do ano. O próprio Cepea projetou que 2025 terminaria com alta média de 7% na captação industrial, chegando a 27,14 bilhões de litros, o que ajuda a explicar por que o preço não conseguiu “segurar”.

No Tocantins, mesmo sem o estado aparecer entre os maiores polos nacionais de captação industrial, essa queda nacional bate direto na renda do produtor porque o mercado é muito sensível a:

(1) preço de referência praticado por grandes bacias leiteiras; (2) custo do frete e do resfriamento; e (3) margem da indústria/queijarias regionais, que ajustam tabelas quando o atacado e os estoques ficam pressionados. Em outras palavras: quando a referência nacional cede por vários meses, o repasse chega aqui também — especialmente para quem vende para laticínios com compra programada e para quem depende de volumes pequenos, onde o custo fixo por litro pesa mais.

Outro ponto importante é que as estatísticas oficiais ajudam a separar duas coisas: preço e volume. O IBGE tem pesquisas diferentes para acompanhar o setor, como a Pesquisa Trimestral do Leite (foco na aquisição/industrialização em estabelecimentos sob inspeção) e a Pesquisa da Pecuária Municipal (PPM) (produção anual por município/UF). Isso é útil para o Tocantins porque, na prática, dá para monitorar se a queda de preço está acontecendo junto com mudança de captação (indústria) ou se é “só” preço comprimindo margem na porteira.

Fonte: www.cepea.org.br, www.cepea.org.br, www.ibge.gov.br, www.ibge.gov.br



TOCANTINS NO RETRATO NACIONAL DA SAFRA 2025/26

O Tocantins veio de uma safra 2024/25 histórica, puxada principalmente pela soja. Só a oleaginosa passou de 5,86 milhões de toneladas, cultivadas em 1,57 milhão de hectares, respondendo por cerca de 62% de toda a produção estadual de grãos. O ganho de produtividade foi o que mais chamou atenção: saiu de 3.141 kg/ha para 3.773 kg/ha (quase +19%), equivalente a um acréscimo médio de 12,6 sacas/ha.

Para 2025/26, o recorte da Conab no 4º levantamento mostra o Tocantins mantendo a trajetória de crescimento:

2,5545 milhões de hectares (+6,1%) e 9,5067 milhões de toneladas (+3,6%), mesmo com leve queda na produtividade média para 3.722 kg/ha (-2,3%).

No Brasil, a Conab estima 353,1 milhões de toneladas de grãos em 83,9 milhões de hectares na safra 2025/26. Nesse total, o Tocantins representa cerca de 2,7% da produção. Para o Norte, o peso é ainda mais claro: o estado concentra aproximadamente 41% da produção estimada da Região Norte, aproximadamente 9,5067 mi t de um total de 23,1908 mi t.

GRÃOS



SOJA

Para 2025/26, a expectativa divulgada no Tocantins é de aproximadamente 5,75 milhões de toneladas de soja, com área estimada em 1,6 milhão de hectares (+6,7%). Com esse volume, a projeção é que o estado passe de 9,6 milhões de toneladas no total de grãos, o que deixa claro o quanto a soja "puxa" o resultado do Tocantins no agregado.

O ponto de atenção é que o ciclo começou com chuva irregular e semeadura mais

lenta. Em outubro houve plantio em áreas pontuais e, até meados de novembro, menos de 20% da área total estava semeada por falta de umidade no solo. Isso empurrou o calendário, com início de colheita concentrado no fim de janeiro de 2026, ganhando força em fevereiro e março.

Em dezembro/2025, o norte do Tocantins teve acumulados acima de 250 mm, o que ajudou a elevar a umidade do solo.

Ao mesmo tempo, o prognóstico do Inmet usado no relatório indica chuvas abaixo da média no Tocantins no trimestre jan-fev-mar de 2026, o que reforça por que a janela de colheita e o encaixe da 2ª safra de milho ficam tão sensíveis no estado.



MILHO, ARROZ E ALGODÃO

No milho 1ª safra, a Conab registra que, no fim de dezembro, 90% da área estimada já estava semeada, com melhora de emergência e desenvolvimento após a regularização das chuvas; em áreas de várzea semeadas mais cedo, já havia lavouras entrando em maturação com colheita prevista para janeiro.

No arroz, aparecem dois parâmetros de ritmo: em Formoso do Araguaia (irrigado), a semeadura chegou a 75% da área, com relatos pontuais de lagarta controlados por tratamentos fitossanitários; no sequeiro, o excesso de chuva chegou a paralisar parte da operação de plantio, mas a estimativa era de 80% da área semeada em Araguatins. Mesmo com esse andamento, o relatório aponta um pano de fundo importante: redução de área de arroz no estado por questões de mercado.

E no algodão, o Tocantins aparece com o plantio iniciando dentro da normalidade: o boletim cita que o acumulado de chuvas garantiu boa germinação nas áreas de início de semeadura e que o plantio já havia começado na região de Dianópolis.

Na safra 2024/25 (fechamento divulgado pelo governo do estado com base na Conab), o Tocantins encerrou com 9,17 milhões de toneladas e destaques bem objetivos: soja com 5,4 milhões de toneladas, milho com 2,6 milhões de toneladas (somando safras) e arroz com 822 mil toneladas, com o estado se mantendo como 3º maior produtor de arroz do Brasil (10º ano consecutivo). O Tocantins não é “coadjuvante”, ele tem protagonismo claro em arroz e um peso crescente em soja e milho.



MILHO: CONSUMO INTERNO CRESCE E MUDA O JOGO PARA O TOCANTINS

Uma pauta nacional que impacta diretamente o Tocantins é a transformação do milho em um grão cada vez mais ligado

ao setor energético, principalmente por causa do etanol de milho. No 4º Levantamento da Safra 2025/26, a Conab

projeta que as exportações de milho cheguem a 41,5 milhões de toneladas, acima da projeção anterior de 40 milhões, sustentadas por ampla oferta interna e maior demanda internacional.

O consumo previsto para 2025 é de 90,56 milhões de toneladas, crescimento de 7,8%. A Conab atribui esse avanço principalmente ao aumento do uso do milho na produção de etanol, ou seja, parte da demanda deixa de ser apenas ração e passa a ser energia.

Para o Tocantins, isso costuma se traduzir em três efeitos bem práticos:

1. Sinal de demanda mais firme ao longo do ano, o que influencia decisão de plantio e comercialização (principalmente quando a janela da 2ª safra fica apertada).

2. Pressão por logística e armazenagem: quando exportação e consumo interno crescem juntos, o escoamento vira fator decisivo e o Tocantins sente isso por depender muito de um corredor logístico eficiente.

3. Mais importância para planejamento de janela: se o milho vale mais (por demanda), o produtor tenta encaixar melhor o calendário pós-soja; se a janela atrasa, o risco de perder produtividade pesa mais.

Com consumo doméstico crescendo por etanol e exportações em alta, o milho ganha “status estratégico” no país e, para o Tocantins, isso tende a reforçar a cultura como alternativa de renda, desde que o calendário e a logística consigam acompanhar.



PLANO SAFRA 2025/26: O QUE MUDA NO CRÉDITO E POR QUE ISSO PESA NO TOCANTINS

O Plano Safra 2025/26 veio com um volume grande de recursos e, para o Tocantins, isso costuma aparecer primeiro na prática: custeio, compra de insumos, comercialização e renovação de máquinas, principalmente nas cadeias de soja e milho. Para a agricultura empresarial, o governo anunciou R\$ 516,2 bilhões, sendo R\$ 414,7 bilhões destinados a custeio e comercialização e R\$ 101,5 bilhões para investimento.

O ponto que merece atenção é o custo do dinheiro. No anúncio, as taxas de juros para custeio/comercialização foram divulgadas em 10% ao ano para o Pronamp e 14% ao ano para os demais produtores, enquanto as linhas de investimento variam de 8,5% a 13,5% ao ano (dependendo do programa). Isso impacta diretamente o Tocantins porque o estado vem de ciclos de expansão e, quando o juros sobe, muda o “timing” de compra

de tecnologia, o apetite por investimento e até a estratégia de comercialização (vender mais cedo x segurar mais).

Do lado da agricultura familiar, o governo também divulgou um pacote específico, com R\$ 89 bilhões no total, sendo R\$ 78,2 bilhões para o Pronaf, além de recursos para Garantia-Safra, Proagro Mais, compras públicas e assistência técnica (ATER). Para o Tocantins, isso tem efeito direto em municípios onde o agro familiar é forte, porque crédito e documento regularizado normalmente é o combo que destrava a produção e melhora renda no curto prazo.

E tem um “termômetro” recente que vale acompanhar: entre julho e dezembro, o governo informou 1.183.669 operações no Plano Safra (agricultura familiar), com R\$ 40,2 bilhões contratados, apontando crescimento no período. Esse tipo de

dado ajuda a medir se o crédito está realmente chegando na ponta e isso é especialmente importante no Tocantins, onde a logística e o calendário de plantio exigem decisão rápida de custeio.



PORTO NACIONAL PUXA AS EXPORTAÇÕES DO AGRO E REFORÇA O CORREDOR LOGÍSTICO DO TOCANTINS

Entre janeiro e novembro de 2025, Porto Nacional consolidou um resultado que ajuda a explicar por que o município vem sendo tratado como “capital do agro” no estado: as exportações somaram US\$ 540 milhões, um crescimento de 28% em relação ao mesmo período do ano anterior. O volume embarcado é bem expressivo para o agro: foram 890 mil toneladas de soja, 274 mil toneladas de resíduos de soja e 345 mil toneladas de milho.

Observando a composição desse resultado, fica claro o peso da soja no caixa do município: ela responde por 65% do total exportado. Na sequência aparecem os resíduos de soja, com 18% (o equivalente a US\$ 95 milhões), e o milho, com 12% (US\$ 67,5 milhões). Esses percentuais ajudam a entender a engrenagem local. A soja lidera, mas o complexo soja (grão + resíduos) é o que realmente estrutura a pauta e sustenta o escoamento ao longo do ano.

A China aparece disparada como principal parceira comercial, comprando 52% de tudo o que Porto Nacional vendeu ao exterior até então foram US\$ 284,8 milhões. Esse dado é importante porque mostra como o município está conectado diretamente ao mercado internacional e como oscilações de demanda e preços externos podem refletir rapidamente no ritmo de comercialização local.

No contexto do Tocantins, esse desempenho dá um sinal bem prático! Quando Porto Nacional cresce em exportação, o

corredor de armazenagem, transporte e embarque ganha tração, e isso influencia todo o entorno, especialmente em períodos de safra cheia. E tem um detalhe que ajuda a dimensionar o tamanho do movimento: em dezembro, a própria cobertura local apontou que Porto Nacional caminhava para fechar o 4º ano consecutivo na liderança das exportações do estado, com vantagem superior a US\$ 200 milhões sobre Palmas, a segunda colocada.

Fontes: www.gov.br, www.to.gov.br, www.to.gov.br, www.to.gov.br, agenciadenoticias.ibge.gov.br, agenciadenoticias.ibge.gov.br, www.gov.br, agenciabrasil.ebc.com.br, www.gov.br, www.gov.br, portonacional.to.gov.br, conexaoto.com.br, comexstat.mdic.gov.br



INFORME SETORIAL

Os Informes Setoriais reúnem a participação institucional da FAET em reuniões, oficinas, comissões e conselhos estratégicos, tanto em nível estadual quanto nacional. Esses relatos detalham as principais pautas discutidas, deliberações tomadas e posicionamentos técnicos defendidos pela entidade, oferecendo uma visão atualizada sobre temas relevantes ao agronegócio, como políticas públicas, legislação, infraestrutura, sustentabilidade e representatividade rural. São registros que fortalecem a transparência e demonstram o compromisso da FAET com o desenvolvimento do setor produtivo tocantinense.

O Conselho de Desenvolvimento Econômico do Estado do Tocantins CDE-T0, na qual a FAET tem representatividade, se reuniram no dia 01 de outubro de 2025 na 143ª Reunião Ordinária para discussão e votação de processos de empresas para incentivo fiscal do Programa **PROINDÚSTRIA**, instituído pela Lei nº 1.385/2003 e do Programa **INTERNET** Lei nº 1.641/2005 na modalidade expansão e implantação. Quais sejam as empresas beneficiadas:

JC Indústria Alimentícia Ltda., localizada no município de Formoso do Araguaia – T0, que atua no ramo de frigorífico, com atividade de abate de bovinos, foi beneficiária do incentivo **PROINDÚSTRIA**, instituído pela Lei nº 1.385/2003, na modalidade implantação.

Cerealista Araguaia Ltda., localizada no município de Gurupi – T0, que atua no ramo de beneficiamento de arroz, foi beneficiária do incentivo **PROINDÚSTRIA**, nos termos da Lei nº 1.385/2003, na modalidade expansão, com prorrogação de benefício fiscal.

Vale Equipamentos de Proteção Individual, Extintores, Máquinas e Ferramentas Ltda., localizada no município de Palmas – T0,

que atua no ramo de comércio varejista de calçados, foi beneficiária do incentivo **INTERNET**, instituído pela Lei nº 1.641/2005, na modalidade expansão.

Du Gregorio Agropecuária Ltda., localizada no município de Lagoa do Tocantins – T0, que atua no ramo de fabricação de alimentos para animais, foi beneficiária do incentivo **PROINDÚSTRIA**, nos termos da Lei nº 1.385/2003, na modalidade expansão.

Indústria de Carrocerias Paraíso Ltda., localizada no município de Paraíso do Tocantins – T0, que atua no ramo de fabricação de cabines, carrocerias e reboques para caminhões, foi beneficiária do incentivo **PROINDÚSTRIA**, instituído pela Lei nº 1.385/2003, na modalidade expansão.

Neste Conselho Deliberativo, a FAET detém assento para participar da deliberação acerca da concessão de incentivos fiscais a empreendimentos no Estado do Tocantins que atendam aos requisitos do Programa **PROINDÚSTRIA** e **INTERNET**, especialmente aqueles que fomentam a cadeia produtiva do agronegócio.

A FAET integrante do Grupo de Trabalho “(Des)Embargos Rurais no Brasil” (GTDER) participou da 1ª reunião ordinária do GTDER, realizada em 06/10/2025.

Nesta reunião houve a instalação do Grupo de Trabalho e a aprovação do plano de trabalho voltado a diagnosticar o cenário nacional de embargos rurais, identificar entraves processuais e construir propostas para conferir segurança jurídica e celeridade aos procedimentos.

Já na 2ª reunião (27/10/2025), na qual a FAET compartilhou juntamente com as demais federações sobre práticas administrativas, entraves recorrentes e difi-

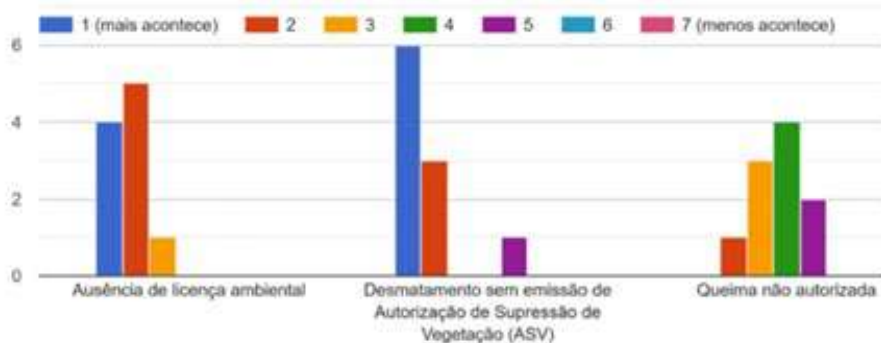
culdades enfrentadas pelos produtores nos processos de embargos rurais.

Na 3ª reunião (05/11/2025), quando houve a consolidação do panorama nacional, concluindo as **causas mais recorrentes de embargo foram:**

1. Desmatamento sem autorização;
2. Ausência de licença ambiental;
3. Queima não autorizada.

LEVANTAMENTO DE DADOS FEDERAÇÕES I EMBARGOS

EMBARGOS DE ÁREAS RURAIS NO BRASIL | GTDER | 2025

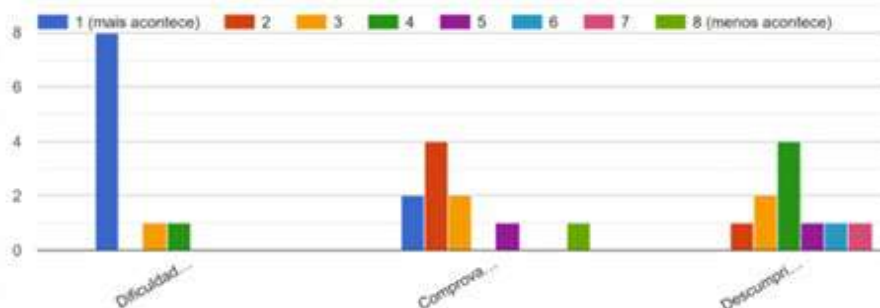


RANKING EMBARGOS	
CLASSIFICAÇÃO	TIPOLOGIA
1ª	Desmatamento sem ASV
2ª	Ausência de licença ambiental
3ª	Queima não autorizada

Já nos **desembargos** os principais entraves destacaram-se na **dificuldade na análise do CAR**, a **comprovação de licença** e o **descumprimento de condicionantes de TCA**.

LEVANTAMENTO DE DADOS FEDERAÇÕES I DESEMBARGOS

EMBARGOS DE ÁREAS RURAIS NO BRASIL | GTDER | 2025



RANKING DESEMBARGOS	
CLASSIFICAÇÃO	TIPOLOGIA
1ª	Dificuldade para análise do CAR
2ª	Comprovação de licença ambiental
3ª	Descumprimento de condicionantes TCA

No perfil da área embargada, houve predominância de **médias propriedades (50%)** e **prazos de embargo frequentemente superiores a cinco anos (40%)**.

LEVANTAMENTO DE DADOS FEDERAÇÕES I PORTE e TEMPO

EMBARGOS DE ÁREAS RURAIS NO BRASIL | GTDER | 2025



Como principal encaminhamento, o grupo avançou para a consolidação do relatório final e para o lançamento interno da Central de Monitoramento de Embargos de Áreas Rurais (CEMER), mantendo a articulação entre a FAET e CNA e planejando a implementação das propostas para alavancar os desembargos em 2026.

07
OUTUBRO

21ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual do Trabalho, Emprego e Renda do Tocantins - CETER

A FAET participou da 21ª RO do CETER, em pauta, foram aprovadas, por unanimidade, a alteração do Plano de Ação e Serviços (PAS) 2024-2025, solicitada pelo Ministério do Trabalho, sem alteração do valor global do convênio.

Além disso foram apresentados indicadores do mercado de trabalho, que apontaram crescimento de 6,3% nas admissões formais no Estado, com destaque para os setores de serviços e comércio e taxa de desocupação inferior à média nacional.



09
OUTUBRO

41ª Reunião Extraordinária da Câmara Setorial da Piscicultura (CSP)

Na reunião, foi apresentada a programação do 1º Encontro de Piscicultores do Sudeste do Tocantins / Dia de Campo na Fazenda Dedo de Deus, evento organizado pela Câmara Setorial, com apoio institucional, a ser realizado nos dias 24 e 25 de outubro. A programação contempla palestras técnicas de caráter prático, além de dia de campo na Fazenda Dedo de Deus, com demonstração completa do ciclo produtivo da piscicultura, desde a alevinagem até o abate.

O principal objetivo do evento, apoiado pela Câmara Setorial e pelas entidades que a compõem, é promover a retomada

da piscicultura no Estado, estimulando a reativação de produtores inativos e a atração de novos empreendimentos. Para tanto, destaca-se a importância da articulação com instituições como Ruraltins, Naturatins e Seagro, especialmente nas áreas de mobilização, regularização ambiental e assistência técnica.

Na sequência, foi apresentado o Aqua Summit Brasil 2025, com a explanação de seus objetivos e de sua relevância estratégica para ampliar a visibilidade do Tocantins no cenário aquícola nacional. Ressaltou-se a necessidade de estimular o potencial aquícola do Estado como

vetor de desenvolvimento econômico sustentável. Todos os membros da Câmara Setorial foram convocados a participar do evento, bem como a colaborar com sua divulgação.

Também foi abordada a realização do curso de sanidade, previsto para os dias 04 e 05 de dezembro. O Secretário da Câmara informou sobre o andamento do processo de execução do curso, destacando as dificuldades enfrentadas para sua conclusão em razão de trâmites burocráticos internos. Ressaltou, ainda, a importância da participação dos técnicos representantes das instituições,

visando ao fortalecimento das ações de prevenção e controle de enfermidades que afetam a atividade aquícola.

Por fim, no que se refere ao projeto de entrega de alevinos e ração, desenvolvido pela Secretaria da Pesca e Aquicultura do Tocantins, o Secretário da Câmara agradeceu a colaboração do Ruraltins no processo de cadastramento dos beneficiários para o recebimento dos insumos. Informou que o procedimento encontra-se em fase final de conclusão e que a previsão de entrega dos alevinos e da ração é para o início de janeiro de 2026.

09 03 14 196ª, 197ª e 198ª Reuniões Ordinárias da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos do Conselho Estadual do Meio Ambiente - COEMA

O Jurídico da FAET participou das **196ª, 197ª e 198ª Reuniões Ordinárias da Câmara Técnica Permanente de Assuntos Jurídicos do Conselho Estadual do Meio Ambiente - COEMA**, contribuindo de forma técnica para o aprimoramento das decisões ambientais no Estado.

Na **196ª reunião**, a Câmara analisou a legalidade da prestação de contas do Fundo Estadual de Meio Ambiente referente ao exercício de 2024, após debates da câmara técnica foi votado pela aprovação das prestações de contas dos recursos do FUEMA.

Durante a **197ª reunião**, foram analisados pela Câmara dois recursos administrativos interpostos contra autos de infração lavrados pelo Naturatins, tendo sido, em ambos os processos, recomendada a declaração da prescrição trienal intercorrente.

Na sequência, procedeu-se à análise da legalidade da aptidão do Município de Araguaína para o exercício do licenciamento ambiental de impacto local, a qual foi aprovada pela Câmara Técnica Jurídica e encaminhada ao Plenário do COEMA para deliberação final juntamente com os recursos analisados.

Na **198ª reunião**, da CTAJ deliberou pela **anulação de auto de infração** aplicado à Construtora Ayres Guimarães, a qual foi lavrado auto por queima controlada

em área urbana. Em decisão conjunta da câmara jurídica houve o reconhecimento da validade da licença ambiental, inexistência de dano ambiental comprovado e a aplicação dos princípios da boa-fé e da segurança jurídica.

Em seguida foi deliberada e aprovada a regulamentação das intervenções de baixo impacto em área de preservação ambiental, com definição de atividades permitidas, critérios técnicos, exigência de licenciamento e separação entre hipóteses já previstas no Código Florestal e novas atividades normatizadas pelo Conselho de Meio Ambiente.

Todas as decisões tomadas na câmara técnica de assuntos jurídicos são encaminhadas para a Plenária do Conselho de Meio Ambiente para serem votadas.

16
OUTUBRO

3ª Reunião do Grupo de Trabalho Rastreabilidade Bovina-T0

Na reunião foram definidas algumas metas do estado com relação à rastreabilidade bovina, uma vez que a ação tem um custo significativo de operação, principalmente com a aquisição de brincos.

A Secretaria de Agricultura e Pecuária (Seagro) informou que, inicialmente, serão doados brincos de identificação

para todos os animais nascidos no ano em propriedades com até 200 cabeças. As regionais da Agência de Defesa Agropecuária (Adapec) serão responsáveis pela organização da distribuição dos brincos e pela coordenação dos projetos-piloto, que estarão vinculados a 11 Delegacias Regionais da Adapec.

22
OUTUBRO

Live FAET: Tema - Previdência Rural

No dia 22 de outubro, a FAET, em parceria com a CNA, promoveu uma live sobre Previdência Rural, abordando a proteção social do produtor rural e do trabalhador do campo.

A live contou com a palestra do professor doutor Tássio Gutierre, que abordou os principais objetivos da Previdência Rural, como a garantia de renda em casos de aposentadoria, invalidez, auxílio-doença, salário-maternidade e pensão por morte.

Durante a exposição, foram destacadas as particularidades do regime previdenciário rural, suas diferenças em relação ao urbano, os critérios de enquadramento, a comprovação da atividade rural e os impactos das alterações legislativas.

A mediação ficou a cargo das assessoras jurídicas da CNA, Dra. Carolina Melo, Dra. Jéssica Nascimento e o assessor jurídico da FAET, Dr. Fabriel Wanderlei.

24
OUTUBRO

Reunião Ordinária da Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo do Tocantins - COETRAE/TO

A FAET participou da reunião da Comissão Estadual para Erradicação do Trabalho Escravo do Tocantins que reuniu-se em 24 de outubro de 2025 para discutir proje-

ções e ações estratégicas voltadas ao enfrentamento do trabalho análogo ao de escravo no estado.

Entre os principais debates, destacou-se a ampliação, em 2026, das oficinas de capacitação do Sistema Único de Assistência Social, com novos polos nas regiões do Vale do Araguaia e de Guaraí, a partir dos resultados positivos do projeto “Fluxo pela Liberdade”.

Assim como foram abordados o planejamento do II Seminário Tocantinense de Combate ao Trabalho Escravo e os avanços administrativos para a criação do Fundo Estadual de Combate ao Trabalho Escravo, com definição de encaminhamentos institucionais para sua viabilização.

28
OUTUBRO

62ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica Permanente de Assuntos Jurídicos – CTPAJ do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH

A FAET participou da 62ª reunião ordinária da Câmara Técnica Permanente de Assuntos Jurídicos do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH, na oportunidade foram debatidos os aspectos legais do Plano de Aplicação do Fundo Estadual de Recursos Hídricos para o exercício de 2026.

Em discussão técnica jurídica, houve a concentração da definição do instru-

mento jurídico adequado para a execução de determinadas ações do plano de aplicação, especialmente quanto à utilização de convênio, licitação ou chamamento público.

A minuta de resolução e o parecer jurídico foram aprovados por unanimidade, sendo encaminhado para o Plenário para debate e aprovação.

28
OUTUBRO

Assembléia do Sindicato Rural de Dianópolis

No dia 28 de outubro de 2025 a FAET participou de assembléia extraordinária do Sindicato Rural de Dianópolis para discussão sobre criação da Área de Proteção Ambiental (APA) Municipal.

Através do Departamento Técnico da FAET, houve o acompanhamento e apoio na discussão sobre criação de uma APA no município de Dianópolis - TO, cuja proposta abrange cerca de 35% do território de Dianópolis.

Após abertura da assembléia pela Presidente do Sindicato Rural de Dianópolis Gina Rosângela, foram realizadas apresentações do Engenheiro Agrônomo e Biólogo Adriano Figueredo, Marcelo Borba, produtor rural sindicalizado.

De acordo com os estudos realizados, houveram falhas metodológicas, ausência de diagnóstico socioeconômico e inconsistência na delimitação territorial. Ressaltando que o estudo não contempla plano de manejo nem zoneamento ambiental, deixando os produtores sem segurança jurídica para licenciamento, financiamento ou regularização de atividades agrícolas.

Por fim, o Assessor Técnico da FAET Sr. Luiz Cláudio e o Assessor jurídico Fabriel



Wanderlei, reforçaram as fragilidades do processo de implementação da APA municipal, ressaltando que ausência de audiência pública já configura violação legal suficiente para contestação judicial.

Ao final, os produtores rurais sindicalizados ali presentes manifestaram apoio

à estratégia de diálogo com a Prefeitura, com o objetivo de substituir a proposta de criação da APA por outras ações e instrumentos de política ambiental, construídos de forma participativa, que assegurem a proteção ambiental do município sem prejuízo às atividades produtivas legalmente desenvolvidas.



Foi apresentada a atualização do Programa Jurisdicional de REDD+ Tocantins, com explicações sobre a etapa de consolidação dos documentos e os ajustes realizados para atender exigências do padrão internacional, incluindo a validação detalhada do mapeamento e análises de consistência dos dados. Também foi informado o cronograma da auditoria internacional, envolvendo checagens técnicas e verificação do processo participativo. Durante a apresentação, foi reforçado que as informações e documentos do programa vêm sendo organizados para ampliar a transparência e permitir acompanhamento social.

A reunião também destacou ferramentas de acesso público, como o site do programa e canais de ouvidoria, além de explicações sobre a lógica geral do cálculo e do monitoramento adotado, com base em dados oficiais do INPE. Foi esclarecido ainda como o estado trata

a coexistência entre o programa jurisdicional e projetos privados: quando um projeto privado se enquadra no mesmo tipo de resultado ambiental monitorado, ele deve ser comunicado para evitar sobreposições e permitir os abatimentos necessários. Por fim, foram apresentados os encaminhamentos para a fase seguinte, que envolve registro e eventual oferta dos créditos após a auditoria, com discussão sobre o fluxo de aplicação de recursos via fundo e editais.

Formação Técnica

Curso Técnico em **SEGURANÇA DO TRABALHO**

NOVO CURSO **GRATUITO** EaD

 Ananás • Gurupi
Paraíso do Tocantins



Curso Técnico em **ZOOTECNIA EaD**

GRATUITO EaD

 Ananás • Gurupi • Taguatinga
Paraíso do Tocantins



Inscrições abertas:

**Processo Seletivo
Senar e-Tec 2026.1**

Conecte-se com
seu futuro no Agro

**Destaque-se como
profissional técnico**

Processo Seletivo Senar e-Tec 2026.1
Conecte-se com seu futuro no Agro

Inscreva-se

etec.senar.org.br



A reunião tratou do andamento da investigação antidumping sobre o leite em pó importado do Mercosul, com preocupação quanto à mudança de entendimento da autoridade investigadora, que passou a considerar o leite em pó nacional como produto similar doméstico, excluindo a análise do impacto sobre o leite in natura. Essa alteração foi considerada prejudicial à defesa comercial do setor e geradora de precedentes negativos.

Diante disso, foi destacada a necessidade de mobilização política coordenada

junto aos ministérios e ao Congresso, com comunicação unificada, visando à reversão do entendimento e à adoção de medidas antidumping provisórias. A CNA e as Federações estaduais atuarão de forma alinhada e encaminharão ofícios ao MDA e ao MDIC solicitando: 1) a reversão do entendimento sobre o produto similar doméstico; 2) a adoção de medidas antidumping provisórias; e 3) a retomada célere da investigação com aplicação dos direitos antidumping definitivos.

A reunião aconteceu para atualizar o cenário da safra e alinhar encaminhamentos frente a problemas de campo, mercado e sanidade vegetal. Ao longo do encontro, os participantes compartilharam relatos regionais do início de plantio, incluindo impactos pontuais de eventos climáticos como granizo em áreas do Paraná, com necessidade de replantio e discutiram como a janela de semeadura e a irregularidade das chuvas aumentam o risco produtivo e a pressão sobre custos. Foi apresentada uma leitura mais ampla do cenário de milho e soja, destacando preocupações com margens apertadas, variação cambial, custo de insumos e a importância de acompanhar com mais precisão o comportamento dos preços e a capacidade de geração de caixa do produtor no ciclo.

A reunião também avançou no debate sobre culturas alternativas e estratégias para segunda safra, com ênfase em sorgo e milheto como opções de mercado e de sistema produtivo, além de menções à canola como alternativa em algumas regiões. Foi sugerido organizar um seminário para aprofundar o tema, avaliar oportunidades e gargalos (cadeia, comercialização, qualidade e demanda), e melhorar a base de informação para tomada de decisão.

Outro bloco importante tratou de monitoramento e transparência de preços, com apresentação metodológica sobre coleta e consolidação de dados, canais de divulgação e necessidade de ampliar a rede de colaboradores para aumentar a cobertura regional e qualidade das informações.

Na parte de sanidade e comércio exterior, a comissão discutiu notificações relacionadas à exportação, com atenção para ocorrências envolvendo plantas daninhas/impurezas e exigências de mercados, especialmente quando há risco de enquadramento como praga quarentenária pelo país importador. O debate destacou a necessidade de melhorar a rastreabilidade, padronizar procedimentos e reduzir desinformação sobre “responsáveis” ao longo da cadeia, além de reforçar que a prevenção exige atuação coordenada entre setor produtivo, cooperativas, indústria e órgãos competentes.

Como encaminhamentos gerais, ficou alinhado que seriam compartilhadas as apresentações e análises do cenário, mantido o monitoramento técnico de milho/soja/sorgo, aprofundadas ações para enfrentar desafios fitossanitários (incluindo pragas como mosca-branca

e discussões sobre medidas de manejo e “vazio”/janelas sanitárias quando aplicável), além da articulação para um evento técnico sobre alternativas produtivas e do acompanhamento de pautas institucionais ligadas ao setor, como propostas de mobilização e reconhecimento do sorgo.



12
NOVEMBRO

3ª Reunião da Câmara Setorial do Leite

Ocorreu a aprovação do Regimento Interno da Câmara Setorial do Leite. Consolidação do Planejamento Estratégico da Cadeia do Leite, estruturado em quatro GTs: Biossegurança e Legislação, Educacional / Extensão, Dados e Levantamentos, Sanidade, Produção e Qualidade

Como ações propostas do GT Biossegurança e Legislação foi realizada uma Apresentação do Programa Mais Leite Saudável (MAPA), que tem como objetivo principal: Crédito presumido de PIS/Pasep e Cofins. A ideia é expandir o projeto, uma vez que no Tocantins existem apenas 10 projetos aprovados e 2 em análise para esse programa. Devido a isso, foi proposto a criação de GT específico sobre o programa.

Além disso, houve uma discussão sobre entraves estruturais da cadeia, com destaque para: Falta de assistência técnica qualificada; carência de dados confiáveis; dificuldades de acesso ao crédito (PRONAF).

Também foi apresentado pela Adapec um panorama da indústria láctea no estado do Tocantins, com o objetivo de apre-

sentar para os membros da Câmara a realidade industrial da área, de modo que o estado do Tocantins possui atualmente:

- 18 laticínios com SIE (15 com SISBI-POA);
- 38 laticínios com SIM;
- Produção estimada superior a 41 milhões de litros/ano;
- Elevado índice de informalidade.

Houve também um debate sobre o Cadastro Nacional de Agricultura Familiar (CAF) e regularização fundiária, especialmente em assentamentos. Foi discutida a possibilidade de alinhamento entre Ruraltins, Incra e MDA, reconhecendo-se, porém, a complexidade do tema.

O GT Educacional promoveu a discussão sobre a necessidade de um edital específico da Fundação de Amparo à Pesquisa do Tocantins (FAPT) voltado à pesquisa na cadeia do leite. Como encaminhamento, os membros do GT, juntamente com os demais participantes da reunião, sugeriram que o presidente da Câmara Setorial articulasse uma reunião com o presidente da FAPT, a fim de apresentar as demandas da cadeia leiteira para pesquisa, conforme debatido na reunião da Câmara Setorial.

O GT de extensão apresentou algumas ações que estão sendo desenvolvidas pela Secretaria de Agricultura e Pecuária do Estado, explicando programas reprodutivos como o Mais Genética Tocantins e proposição de eventos estruturantes para desenvolver a atividade leiteira no estado como: Tecnoleite (durante a Semana do Leite); Circuito do Leite e Campeonato do Queijo.

Além disso, foi discutido sobre a possibilidade de incentivos fiscais à cadeia, com a Secretaria de Fazenda do Estado, já que os produtores enfrentam dificuldades financeiras na cadeia leiteira devido aos baixos preços pago pelo produto.

12
NOVEMBRO

Grupo de Trabalho sobre a Regulamentação da Lei de Bioinsumos

A CNA realizou reunião para atualizar o andamento das discussões conduzidas no âmbito do Ministério da Agricultura e consolidar contribuições do setor produtivo. O foco principal foi analisar e validar uma minuta voltada à produção de bioinsumos para uso próprio (on farm), que será encaminhada oficialmente ao Ministério com sugestões do Sistema.

Durante o encontro, foi informado que a construção do texto no Ministério segue em ritmo acelerado e ainda está em consolidação, com a intenção de finalizar uma proposta dentro do cronograma do grupo. Na reunião, a minuta foi debatida de forma orientada para garantir regras claras e aplicáveis, reforçando que a produção para uso próprio não deve ser tratada como atividade comercial e que é necessário dar segurança e uniformidade à fiscalização, especialmente em situações de produção coletiva e prestação de serviços.

Também foram discutidos pontos práticos para facilitar o cumprimento das exigências, como a criação de um

cadastro simplificado e critérios básicos para transporte e rastreabilidade quando houver deslocamento do produto entre unidades do mesmo produtor ou arranjos coletivos. Como encaminhamento, a CNA se comprometeu a encaminhar o texto às federações para receber comentários dentro de prazo definido, além de solicitar que as entidades consultem suas bases para contribuir com sugestões alinhadas à realidade do campo, incluindo demandas específicas de diferentes cadeias produtivas.



12
NOVEMBRO

80ª Reunião Ordinária e 09/12 - 28ª Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Meio Ambiente - COEMA

A FAET participou da 80ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Meio Ambiente do Tocantins - COEMA/TO, realizada em 12 de novembro de 2025.

Em pauta, o COEMA discutiu divergência surgido no licenciamento ambiental de

atividades vinculadas à frigorífico, qual seja confinamento juntamente com fertirrigação (irrigação de pastagem com efluente tratado).

Anteriormente as atividades haviam sido licenciada pelo Naturatins como atividade

de pequeno porte, mas, com as regras de descentralização, o processo de renovação foi encaminhado ao município, que indeferiu a tramitação “separada” e exigiu um único licenciamento para o conjunto das atividades, por entender que são interdependentes e realizadas em áreas contíguas, tornando assim o licenciamento de grande porte. Em debate no COEMA, prevaleceu a avaliação de que a coexistência de critérios distintos para definir porte e potencial poluidor tem gerado insegurança e decisões conflitantes; por isso, o Conselho aprovou recomendação para que o Naturatins revogue a Instrução Normativa nº 02/2012 e alinhe o enquadramento às normas do COEMA, de modo a padronizar procedimentos e reduzir divergências normativas ambientais. A recomendação COEMA/TO Nº 08 foi publicada no DOETO 6.943.

Em item seguinte da pauta, passou-se a deliberar sobre pedido da Associação dos Criadores do Médio Norte - ASCAM, para regulamentação das veredas no Sistema do Cadastro Ambiental Rural - SICAR.

Em apertada síntese trata-se do impacto da classificação automática das veredas como APP pelo sistema do SICAR, contrariando o conceito do Código Florestal, que define vereda como fisionomia vegetal.

O Conselho acolheu a plausibilidade do requerimento e deliberou pelo encaminhamento da matéria à Câmara Técnica de Florestas, visando aprofundamento técnico e normativo, diante dos impactos produtivos e ambientais envolvidos.

Consequente, passou-se à apreciação da prestação de contas do Fundo Estadual de Meio Ambiente – FUEMA, referente ao exercício de 2024. A apresentação, realizada pela Câmara do FUEMA e pelo Naturatins, indicou arrecadação de R\$ 23,3 milhões, equivalente a 80% do valor previsto, com execução de 74,44% dos recursos vincu-

lados aos 60% e 18,83% dos 40%, em cenário de frustração de receitas. Embora considerada satisfatória a execução dos recursos discricionários, o Conselho destacou a baixa execução de projetos prioritários e aprovou as contas com ressalvas, acompanhadas de recomendações para o aprimoramento da gestão financeira.

Consecutivamente, após debate e votação o Conselho reconheceu ainda a habilitação do município de Araguaína para o licenciamento ambiental de atividades de impacto local que dispensam EIA/RIMA. Na sequência, foi aprovada uma recomendação orientando o município a observar estritamente a legislação ambiental estadual e federal, com a finalidade de evitar edição de normativos divergentes ou mais abrangentes que o permitido que a legislação supralegal.

Por fim, passou-se para julgamento de autos de infração, a qual o COEMA reconheceu a prescrição intercorrente em autos de infração envolvendo atividade comercial irregular no Parque Estadual do Jalapão e transbordamento em estação de tratamento de esgoto em Araguaína, extinguindo a pretensão punitiva, sem prejuízo da reparação de eventuais danos ambientais.

No dia 09/12/2025 houve a 28ª Reunião Extraordinária do Conselho Estadual do Meio Ambiente, a qual a FAET participou, onde foi apresentado minuta de Resolução que regulamenta intervenções de baixo impacto ambiental em Áreas de Preservação Permanente no Tocantins, com base no Código Florestal.

A proposta teve origem em provocação do Ministério Público e foi construída por grupo de trabalho e Câmaras Técnicas do COEMA. Após esclarecimentos técnicos e jurídicos, o texto foi aprovado pelos conselheiros do COEMA, sendo publicada resolução COEMA/TO Nº 143, de 09 de dezembro de 2025 no DOETO 6.966.

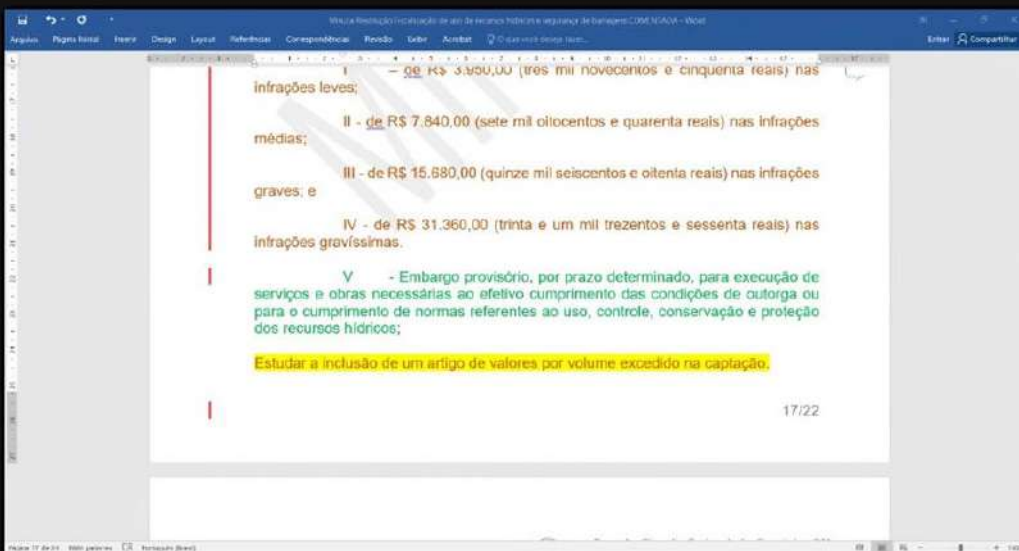
13 25
NOVEMBRO NOVEMBRO

19ª e 20ª Reuniões Ordinárias da Câmara Técnica Permanente de Outorga e Ações Reguladoras (CTPOAR/CERH-TO)

Nessas duas reuniões, a CTPOAR deu andamento à discussão e consolidação de uma minuta voltada a regulamentar e padronizar a fiscalização do uso dos recursos hídricos e da segurança de barragens no Estado do

Tocantins, dentro do âmbito do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH).

O debate partiu de um diagnóstico apresentado na primeira reunião: no Tocantins,



as ações fiscalizatórias relacionadas ao uso da água e à segurança de barragens vinham sendo conduzidas de forma integrada à fiscalização ambiental, o que pode limitar a atuação específica sobre infrações hídricas e dificultar a definição de instrumentos administrativos e critérios de penalidade próprios da política de recursos hídricos. Por isso, a Câmara discutiu a necessidade de um normativo

estadual próprio, alinhado a referências nacionais, inclusive com menção a metas de programas federais e a espelhamento em norma da ANA, como forma de fortalecer a governança e dar previsibilidade à atuação fiscalizatória. Também foi registrada a necessidade de, após a aprovação, promover orientação e treinamento para apoiar a aplicação prática da norma pela fiscalização.

24
NOVEMBRO

Reunião Extraordinária da Comissão Nacional de Equideocultura

Reunião Na Comissão Nacional de Equideocultura, os debates concentraram-se na proposta da Comissão Nacional de Biodiversidade (Conabio) de classificação de espécies exóticas invasoras, com especial preocupação quanto à inclusão do cavalo (*Equus caballus*) e aos possíveis impactos regulatórios, econômicos e reputacionais para a cadeia.

Foram apresentados argumentos técnicos, com apoio da Embrapa, apontando fragilidades metodológicas da proposta e riscos de interpretações amplas que poderiam gerar entraves à criação, ao comércio e ao licenciamento ambiental.

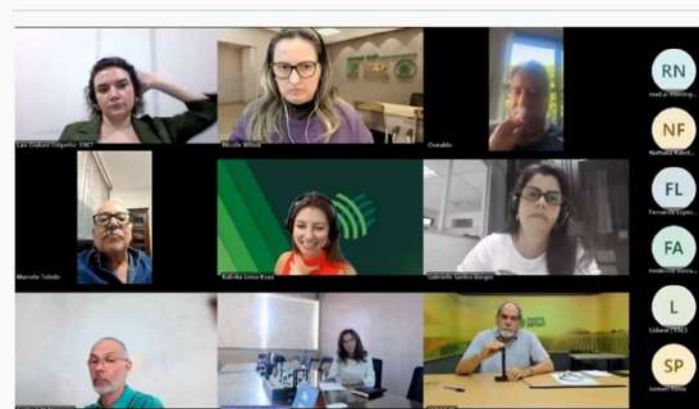
Também foram discutidos avanços e desafios relacionados à regulamentação do material genético e à implementação do Passaporte Equestre nos estados, destacando-se esforços de articulação com o MAPA, governos estaduais e fede-

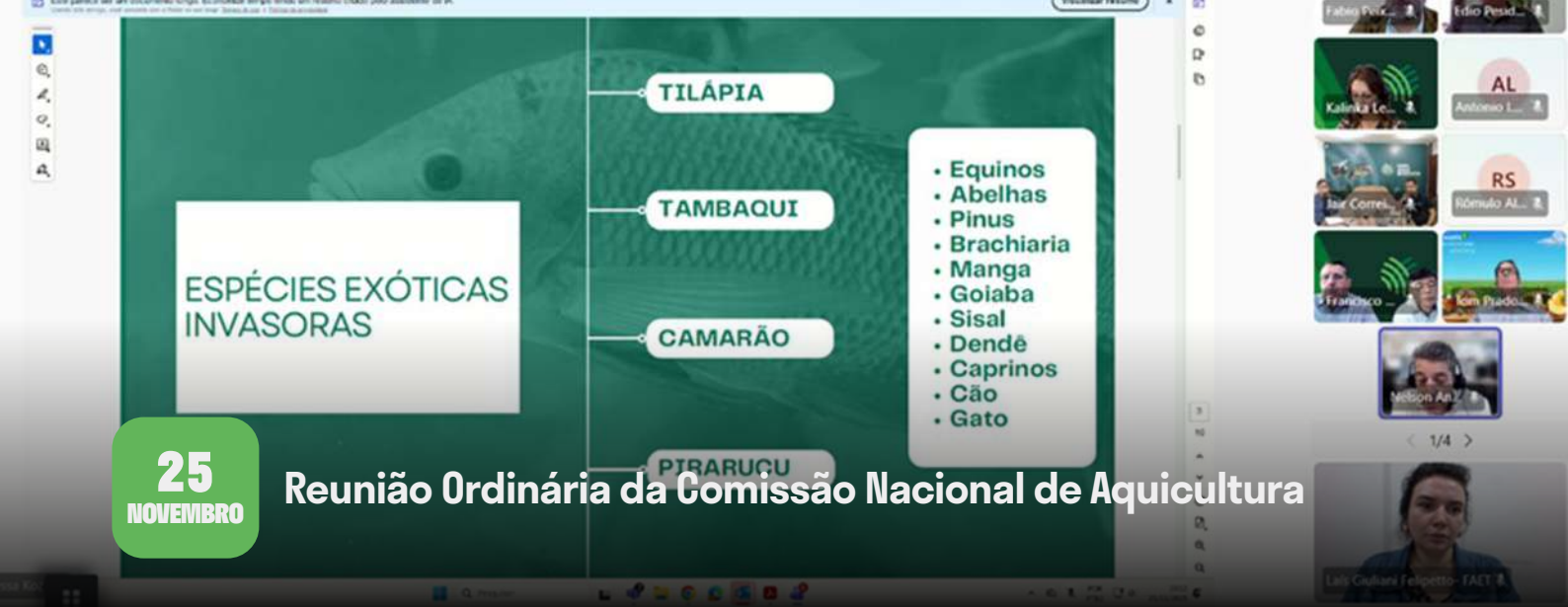
rações, bem como a importância da rastreabilidade, da desburocratização do trânsito animal e da harmonização de sistemas.

Comissão de Equideocultura da CNA realiza última reunião de 2025

Encontro aconteceu na segunda, de forma virtual

Por CNA, 25 de novembro 2025





Na Comissão Nacional de Aquicultura, os debates evidenciaram a gravidade dos efeitos potenciais da lista de espécies exóticas invasoras da Comissão Nacional de Biodiversidade (Conabio) sobre cadeias já consolidadas, como tilápia, tambaqui, pirarucu e camarão. Foi destacado que, embora a inclusão na lista não implique proibição imediata, ela cria insegurança jurídica, amplia custos regulatórios e pode afetar a imagem dos produtos no mercado interno e externo. Devido a isso, a CNA apresentou estratégia de contestação técnica das fichas e atuação política para transferir ao MAPA a competência regulatória sobre espécies de interesse produtivo.

Foram debatidos os impactos da MP 1300/2025 sobre a tarifa de energia elétrica, especialmente a retirada da obrigatoriedade do desconto noturno em horário fixo, historicamente essencial para a redução dos custos de produção. A mudança, ao transferir ao Ministério de Minas e Energia a definição do horário, gerou insegurança jurídica e preocupação entre os produtores, já que alterações desconectadas da realidade produtiva podem inviabilizar sistemas

consolidados em diversas regiões. Após articulação da CNA, a MP 1304, convertida em lei, manteve o desconto para o setor e reabriu a discussão sobre o horário por meio de um grupo interministerial. A entidade segue atuando para preservar condições tecnicamente adequadas e acompanhando a regulamentação para garantir segurança à cadeia produtiva.

Também foi apresentado um panorama das exportações de tilápia após a imposição das tarifas americanas. Embora apenas 2% da produção brasileira seja exportada (majoritariamente para os EUA), houve antecipação de embarques no primeiro semestre, inflando os resultados iniciais. Após a entrada em vigor das tarifas, as vendas ao mercado norte-americano recuaram 41%, mas foram compensadas pela expansão para novos destinos, como Canadá, África do Sul, México e Argentina, resultando em crescimento acumulado de 18% nas exportações até outubro. O movimento foi interpretado como sinal de amadurecimento do setor, que avança em qualificação e diversificação de mercados, tendo como principal desafio estratégico a reabertura do mercado europeu.

26
NOVENBRO

Reunião junto a Secretaria da Fazenda do Estado do Tocantins

A Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Tocantins - FAET, através de seu departamento técnico, participou de reunião institucional na Secretaria da Fazenda do Estado do Tocantins (SEFAZ/TO) para tratar de temas estratégicos ligados

à tributação e à competitividade do agro-negócio no Estado.

O principal ponto da pauta foi a solicitação de dados consolidados da arrecadação do ICMS referentes ao ano de 2024, com

detalhamento por setores econômicos. O objetivo da FAET é compreender a oscilação da receita estadual e mensurar a efetiva participação do agronegócio, setor que possui peso significativo no Produto Interno Bruto do Tocantins.

Outro ponto em pauta foi referente a tributação incidente sobre fertilizantes, em razão das decisões do Conselho Nacional de Política Fazendária, que elevaram gradualmente a alíquota do ICMS.

Diante disso, a FAET apresentou estudo técnico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA, apontando crescimento expressivo da arrecadação e a defesa na redução gradual da carga tributária, com o objetivo de preservar a

competitividade da produção agropecuária e da indústria nacional.

Na oportunidade foi apresentada a situação da cadeia produtiva do leite, marcada por cargas tributárias enfrentadas por produtores e indústrias de laticínios diante da concorrência interestadual, solicitando assim apoio da SEFAZ para redução do ICMS para indústrias de laticínios.

Ao final, a Secretaria da Fazenda registrou as demandas apresentadas, reafirmou a abertura ao diálogo e informou que os temas seguirão em análise técnica para definição de encaminhamentos institucionais.

26 28
NOVEMBRO NOVEMBRO

Aqua Summit BR 2025

O Aqua Summit Brasil 2025 foi realizado em Palmas- TO, com enfoque estratégico na aquicultura nacional. O evento teve como objetivo apresentar o sucesso de outras cadeias produtivas e de marcas importantes que obtiveram destaque no mercado nacional.

Os principais eixos abordados nas palestras e painéis foram:

- *Importância da aquicultura brasileira no cenário global de proteínas, destacando competitividade, sustentabilidade e inovação;*
- *Posicionamento mercadológico e branding territorial, visando valorização do pescado e dos territórios produtores;*
- *Avanços regulatórios e governança setorial, como fatores-chave para atração de investimentos;*
- *Apresentação de um pacote tecnológico integrado, contemplando manejo, sanidade, nutrição e gestão;*
- *Valorização das lideranças e articulações interinstitucionais (poder público, setor privado e academia);*
- *Consolidação da Carta de Palmas, com diretrizes estratégicas para o futuro da aquicultura brasileira.*

Também ocorreram atividades práticas, como o Flash Embrapa, que destacou de forma rápida e direta as principais pesquisas, inovações e tecnologias que estão sendo desenvolvidas. Além disso houve visita técnica à Embrapa Pesca e Aquicultura.

Dessa forma, o evento se consolida como um marco estratégico para o setor aquícola, alinhando visão de mercado, inovação tecnológica e governança.





FAET
SENAR
IFAET
SINDICATOS

20
26

O FUTURO SE
FAZ NO CAMPO



www.
sistematicaetsenar.org.br

@ d x in f /SistemaFAETSenar



Representantes do Sistema FAET/Senar participaram de reunião institucional na Fundação de Amparo à Pesquisa do Tocantins para alinhar uma possível parceria voltada ao incentivo de pesquisas que contribuam para o fortalecimento da cadeia leiteira no Estado.

O encontro foi conduzido pelo presidente da FAPT, Elvino Quirino, e contou com a presença do presidente da Câmara Setorial do Leite e assessor de relações institucionais da FAET, Luiz Cláudio Faria, e da analista técnica da FAET e membro da Câmara, Laís Giuliani Felipetto.

A agenda deu sequência às discussões iniciadas na Câmara Setorial, com foco na construção de ações que ampliem a competitividade e a sustentabilidade da produção de leite no Tocantins, por meio do apoio institucional à pesquisa aplicada.

A iniciativa visa, por meio da integração com os setores público e produtivo, contribuir diretamente para o fortalecimento da cadeia produtiva no Estado.

FAET discute parceria com Fapt para fortalecer cadeia do leite no Tocantins



AgroForte
Agronegócio
Agrotins
Blog
Capacitação Rural
CHIA Jovem
Cursos e Palestras
Demandas ambientais
Diretoria
FAET
Feiras e Eventos
Frete Parlamentar do Ag
Notícia Principal
Programas Especiais
Segurança jurídica

A FAET participou no dia 03 de dezembro da Reunião do Grupo de Trabalho Econômico da CNA.

Em pauta, foi apresentada Ação de Conformidade Declara Agro por auditores da Receita Federal no Brasil, onde destacaram os principais aspectos de ação específica voltada aos arrendamentos rurais.

A iniciativa, criada em 2019, tem como objetivo promover a conformidade tributária de produtores rurais pessoas físicas, priorizando a autorregularização e a correção espontânea de inconsistências, de forma a reduzir riscos fiscais e evitar autuações.

Em 2025, a operação iniciou nova etapa voltada aos rendimentos de arrendamento informados pelos arrendatários, mas não declarados pelos arrendadores. Nesta fase, foram selecionados 1.836 contribuintes, envolvendo mais de R\$ 1,7 bilhão em pagamentos de arrendamentos rurais, a qual foi encaminhada pela Receita

Federal cartas e comunicações para ajustes nas declarações.

As inconsistências mais recorrentes são arrendadores declarando rendimentos no campo de pessoa jurídica em vez de pessoa física, divergências de valores em parcerias entre mais de um arrendatário e classificação equivocada de produtos recebidos em pagamento como “receita de atividade rural”, quando, na realidade, constituem rendimento tributável sujeito a Carnê-Leão (IRPF).

Vale destacar que o **Arrendamento rural e a parceria rural não se confundem.**

No arrendamento, o proprietário recebe remuneração certa (aluguel), independentemente do resultado da safra, sem partilha de riscos.

Na parceria, há divisão proporcional dos frutos e dos riscos da atividade, conforme ajustado.

A Receita tem reforçado que a classificação depende da realidade fática: não basta a redação contratual, que deve ser prévia, preferencialmente registrada, e refletir o que ocorre na prática.

A inversão intencional da origem das receitas para reduzir tributos pode gerar autuação e multa.

05
DEZEMBRO

Câmara Técnica Permanente de Segurança de Barragens (CTPSB/CERH-TO)

A Câmara Técnica Permanente de Segurança de Barragens (CTPSB) realizou sua primeira reunião ordinária, para instalação dos trabalhos do biênio 2025/2027. Foi realizada a formalização da composição, seguida da eleição da coordenação: Alynne Alencar Martins foi eleita coordenadora e o Kalleb Luan Andrade foi eleito suplente, com aprovação unânime entre os membros votantes.

Na sequência, a Câmara analisou a minuta de resolução que trata de procedimentos de fiscalização relacionados à segurança de barragens no estado, tomando como base o texto já discutido na câmara temática anterior e concentrando o debate nos trechos específicos de segurança. Entre os encaminhamentos, o grupo propôs ajustes para tornar o texto mais

claro e aplicável, incluindo aperfeiçoamentos na redação do escopo, a inclusão de referência à classificação de risco e de dano potencial em registros de fiscalização, além de ajustes conceituais para contemplar impactos sobre infraestrutura na área afetada. Também foram debatidas situações de difícil responsabilização, como barragens em área urbana sem identificação do responsável, com proposta de explicitar o papel do poder público municipal nesses casos.

Ao final, a CTPSB aprovou o Parecer Técnico nº 09/2025, com maioria favorável e uma abstenção, e aprovou por unanimidade a minuta de resolução analisada, encaminhando o texto para continuidade da tramitação no âmbito do CERH e apreiação das instâncias competentes.

11
DEZEMBRO

Reunião Ordinária da Comissão Nacional de Aves e Suínos

Na Comissão Nacional de Aves e Suínos, a pauta central foi a situação sanitária da suinocultura, com foco na peste suína clássica (PSC) e nas estratégias para ampliação da zona livre no país. O MAPA apresentou o panorama atualizado do

Programa Nacional de Sanidade dos Suídeos, detalhando ações de vigilância, desafios operacionais nas regiões não livres e o planejamento para os próximos anos.

Destacaram-se ainda discussões sobre indenização por sacrifício sanitário, biossegurança, controle de suínos asselvajados e riscos de introdução de enfermidades como a peste suína africana. Complementarmente, foram abordados

os encaminhamentos do Fórum Nacional de Integração (FONIAGRO), com ênfase na consolidação de parâmetros técnicos e econômicos nas CADECs, na atualização do Manual das CADECs e na qualificação do diálogo entre produtores e integradoras.

17
DEZEMBRO

Reunião da Câmara Setorial da Piscicultura

A Câmara Setorial da Piscicultura realizou reunião para fazer um balanço das ações desenvolvidas ao longo do ano e alinhar prioridades para 2026. Durante o encontro, a Secretaria apresentou um panorama das principais atividades executadas em 2025, com destaque para eventos técnicos, capacitações e agendas institucionais que fortaleceram a cadeia produtiva, além de iniciativas de apoio à organização local e ao planejamento municipal.

Também foi feito um informe sobre pautas acompanhadas em âmbito nacional, incluindo discussões na CNA que podem

impactar a atividade, como debates sobre listas de espécies e seus reflexos em licenciamento, regularização e acesso a mercados, além de atualizações sobre a revisão de norma federal voltada ao licenciamento aquícola e ajustes previstos na forma de enquadramento por porte de produção.

Outro ponto tratado foi o andamento de ações de fomento com entrega de alevinos e ração, incluindo o status das últimas etapas de distribuição e o aprendizado institucional após um processo longo de contratação e execução.





FAET
Federação da Agricultura
e Pecuária – Tocantins

NA DEFESA DOS INTERESSES
DO PRODUTOR RURAL
TOCANTINENSE!



**FAET
SENAR
SINDICATOS**



www.
sistemafaetsenar.org.br
@SistemaFAETSenar /SistemaFAETSenar

ACNO 1 Rua, NO 05, 38, Plano Diretor Norte, Palmas/TO - CEP 77001-020